

O MERCADO INFORMAL DO TRABALHO E SUAS CARACTERÍSTICAS NA ECONOMIA BRASILEIRA

Marcio Akikazu Tsuzisaki ¹ Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira ²

1 – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba. Av. Shishima Hifumi 2911 – Urbanova, 12244-000 – São José dos Campos – SP.
Rua Jva, 164 Jardim Paraíso – 12235-500.
e-mail:marcioakikazu151@hotmail.com

² Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade do Vale do Paraíba – Professor Assistente Doutor - Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos - SP - Brasil - edsonaago@universiabrasil.net.

Resumo: o trabalho informal tem sido uma saída para milhares de brasileiros que buscam alternativas para garantir seu sustento e o de sua família. A crise sócio-econômica originou uma nova categoria de trabalhadores: os que trabalham por conta própria e tentam contornar, de forma criativa, as demissões em massa ocorridas nas indústrias. Dezenas de barracas, vendendo os mais diversos tipos de produtos, foram instaladas nas praças, ruas e viadutos das cidades. A multiplicação desses trabalhadores gerou novos impasses entre diferentes setores da sociedade. Os comerciantes passaram a exigir alguma ação que coibisse sua existência, sob a argumentação de que prejudicam as vendas ao oferecerem produtos similares aos das lojas a preço muito menores. A precariedade pode ser a noção capaz de oferecer a compreensão do sentido do trabalho informal na sociedade contemporânea, em particular na brasileira. O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas considerações para aqueles que buscam compreender o mercado de trabalho atual e buscar alternativas para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

Palavras-chave: trabalho informal, mercado informal e políticas públicas.

Área de Conhecimento: VI Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

Os termos trabalho informal, setor informal e mercado de trabalho informal, enquanto designações, foram empregadas pela primeira vez no final dos anos 60 e início dos anos 70 nos estudos sobre Gana. Nesta época, a Organização Internacional do Trabalho – OIT – sob o marco do Programa Mundial de Emprego em 1969, introduziu o conceito setor informal.

O setor informal, então, foi entendido como unidades que têm uma produção em pequena escala e distribuindo bens e serviços. Consiste em grande parte de produtores independentes e autônomos que atuam em áreas urbanas e rurais, principalmente, de países em desenvolvimento. Alguns destes atores

sociais também empregam a família e propiciam contratos para outros trabalhadores ou aprendizes.

Outra característica detectada pela OIT, e que serviu de base para sua definição, está na forma em que os trabalhadores atuam. Na sua maioria operam com pequeno capital ou quase nada; utilizam um baixo nível de tecnologia e habilidades; e provêm uma baixa e irregular renda.

A economia informal tem sido basicamente definida como atividade econômica não incluída nos dados de uma nação, e não sujeita a contratos formais, licenciamento, e tributação. Além disto, podem ser obtidas habilidades fora do sistema educacional formal para simplificar toda uma prática e conceito. Geralmente a economia informal se concentra em negócios

do trabalhador proprietário urbano pobre, sem qualificação ou trabalhadores semiqualeificados.

O Trabalho Informal no Espaço Urbano Brasileiro

Os relatórios do Programa de Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC) da OIT registram que 30,8% do emprego não-agrícola no território latino-americano é composto por trabalhadores informais e, para cada 100 novas ocupações criadas entre 1986 e 1996, 80 eram informais.

No caso brasileiro, o PREALC informa que em 1980 o percentual dos trabalhadores na informalidade atingia 24% da População Economicamente Ativa (PEA), saltando para 29% em 1990.

Os dados da OIT sinalizam o contínuo crescimento do trabalho informal na América Latina e no Brasil, em detrimento do trabalho regulamentado e/ou protegido por legislações específicas.

Por outro lado, é preciso lembrar que o crescimento da informalidade do trabalho se inscreve em um período marcado pelo desemprego contínuo no mercado formal. Circunscrito ao nosso país, ele atingia sete milhões de pessoas no início da década de 90, contra dois milhões em 1980.

Assim, o trabalho informal parece despontar como um recurso e abrigo dos trabalhadores face à escalada do desemprego.

Na pesquisa *Economia Informal Urbana (Ecinf)*, realizada pelo IBGE em 1997, identificou-se que 25% dos trabalhadores das cidades brasileiras estavam vinculados ao chamado “setor informal”.

Na ocasião, ele já era responsável por 8% do total de mercadorias e serviços gerados no país.

Essa economia “*subterrânea*” ou “*desorganizada*”, como a definem alguns autores, movimentava, ainda segundo os estudos do IBGE, 12,89 bilhões de reais e era composta por 9,47 milhões de empresas, cujo lucros havia alcançado a cifra de R\$ 5,2 bilhões.

É digno de nota que a grande maioria (mais de 95%) destas empresas e/ou empreendimentos *informais*, não contou com auxílio financeiro público ou privado. O

Quadro 1 ilustra este caso.

Região	Empregado com carteira	Empregado sem carteira	Conta Própria	Sem Remuneração
Norte	18308	77386	468689	30404
Nordeste	99604	349873	2261360	221732
Sudeste	471424	596292	3921640	174526
Sul	220450	157630	1343875	60190
Centro-Oeste	64166	139503	594025	30301
Brasil	874042	1320684	8589589	517153

Fonte: IBGE, 1997.

Quadro 1- Economia Informal Urbana

Os dados sobre a informalidade no trabalho revelam um setor econômico marcado pela heterogeneidade, pelo dinamismo e pela ausência de intervenção do poder público. Essa realidade decorre, dentre outras razões, da forma como a informalidade vem sendo interpretada nos últimos anos.

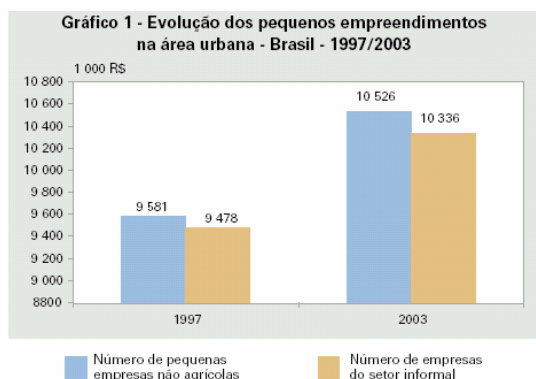
As interpretações, todavia, têm como pressupostos juízos muito diversos a respeito dos atores definidos como informais, suas características, seus limites e possibilidades na construção do desenvolvimento econômico.

Assim, a elucidação dos olhares lançados sobre o fenômeno e a busca de novos caminhos analíticos são exigências básicas para a criação de ações adequadas para o setor informal.

Segundo pesquisas realizadas pelo IBGE Foram identificadas 10.525.954 pequenas empresas não-agrícolas no Brasil em 2003, o que significou um crescimento de 10% em relação à última pesquisa Economia Informal Urbana realizada em 1997, quando este montante foi estimado em 9.580.840 empresas.

Em 1997, 99% das empresas não-agrícolas com até cinco empregados faziam parte do setor informal, proporção que, em 2003, foi de 98% indicando um pequeno aumento na proporção de pequenos empreendimentos formalizados.

No Brasil, em outubro de 2003, existiam 10.335.962 empresas informais que ocupavam 13.860.868 pessoas, incluindo trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, empregados com e sem carteira de trabalho assinada, além dos trabalhadores não-remunerados. O **Gráfico 1** ilustra este caso.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 1997/2003.

Verificou-se uma variação de 9% no número de empresas informais, enquanto o crescimento dos postos de trabalho nelas existentes cresceu 8% em relação à pesquisa anterior.

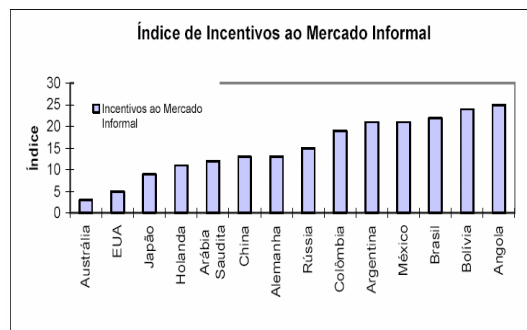
Incentivos ao Mercado Informal

Atualmente, com o apoio do Governo Federal, através do BNDES, existem linhas de crédito destinadas a microempreendedores informais, nos termos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado PNMP, e cooperativas de produção ou de serviços.

Os microempreendedores devem dirigir-se aos agentes repassadores do microcrédito de sua cidade/região, que fornecerão as condições de financiamento e analisarão a possibilidade de concessão de crédito.

Na cidade de São José dos Campos temos o exemplo do Banco do Empreendedor Joseense, instituição criada em 1997 que conta com a participação de entidades da cidade como a Prefeitura da cidade, o Sindicato do Comércio Varejista, Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos, Universidade do Vale do Paraíba (Univap), e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp).

Tendo o apoio da Caixa Econômica Federal e BNDES. A instituição oferece linhas de Crédito para o desenvolvimento da atividade do Empreendedor, as linhas de financiamento são para compra de mercadorias, equipamentos, instalações, propaganda, entre outros. O **Gráfico 2** abaixo descreve o índice de incentivos ao mercado informal no Brasil.



Conclusão

As pessoas que perderam o seu emprego encontram no mercado informal uma alternativa para tentar a obtenção de uma renda fixa todo mês. Considera-se trabalho informal o trabalho sem carteira assinada, o chamado “por conta própria”; à margem das leis trabalhistas o trabalho informal priva o trabalhador de direitos como garantia de saúde e previdência.

Quem se encontra na informalidade não se beneficia dos direitos trabalhistas porque foge da regulamentação legal e não paga impostos.

Quando se fala em economia informal, logo vêm as cabeças a lembrança dos populares camelôs, vendedores ambulantes que se alojam nas ruas, em barraquinhas onde vendem desde produtos artesanais de fabricação própria até produtos importados do Japão, por exemplo.

Porém, a prática desordenada desse comércio muitas vezes causa incômodos e os camelôs acabam vivendo perigosamente todos os dias, já que são perseguidos por fiscais da prefeitura e policiais.

Mas não são os camelôs que ocupam o setor informal. Um profissional bastante presente nas grandes cidades é o catador de lixo. Graças a essas pessoas que trabalham geralmente com a companhia de todos os membros da família, recebendo em média de R\$ 8,00 a R\$10,00 por dia o Brasil é um dos países que mais recicla metais, em latas de alumínio, só perdendo para o Japão.

Isso não se dá pela consciência ecológica do brasileiro, mas exatamente pela ação de pessoas que vivem nos lixões. 85% do lixo reciclado no Brasil vêm dessas pessoas que vendem os materiais recolhidos a empresas que pagam apenas a metade do valor de mercado.

Esses trabalhadores geralmente trabalham de 10 a 12 horas por dia e a maioria já teve outros empregos, mas sem outra alternativa vivem dessa forma.

Mas a informalidade está presente também nos Shoppings das grandes cidades. O problema é que algumas pequenas empresas não conseguem cumprir com todos os encargos e não podem assinar a carteira dos funcionários, o que elevaria os custos causando danos irreparáveis à sua contabilidade. Encontra-se na informalidade empregadas domésticas, professores particulares, músicos, taxistas, entre outros.

O trabalho informal foi a solução que estas pessoas encontraram, mas é preciso assegurar uma proteção a esses trabalhadores e gerar oportunidades para todos.

Para tal, é necessário encarar com realismo e decisão a necessidade de uma profunda reforma nos atuais sistemas trabalhistas e previdenciário, no que se inclui, obrigatoriamente, a discussão do trabalho informal.

Referências Bibliográficas

Jakobsen, K; Martins, Renato; Dombrowski; Singer, Paul e Pochmann, Márcio – Mapa do Trabalho Informal – Col. Brasil Urgente – Fundação Perseu Abramo; São Paulo, 1996..

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (2005) Pesquisa Economia Informal Urbana/Brasil – ECINF, 1997/2003. Disponível em: <[http://200.255.94.114/ibge/ftp/ftp.pfp?dir=/Trabalho e Rendimento/Economia Informal Urbana/Brasil](http://200.255.94.114/ibge/ftp/ftp.pfp?dir=/Trabalho%20e%20Rendimento/Economia%20Informal%20Urbana/Brasil)>. Acesso em 01 de maio de 2005.

Antunes, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Editora Cortez: Unicamp-SP. 5ª ed. 1998.

VEJA. “O Brasil subterrâneo – por baixo do pano, a economia informal do país dá milhões de empregos e pode estar produzindo mais de 100 bilhões de dólares por ano”. São Paulo: Abril, ano 22, n. 27, 12/07/1989, p. 98-105.